

Os museus como figurações sociais e redes de interdependências* *Museums as social figurations and networks of interdependencies*

Taiane Vanessa da Silva Micali**

Tony Honorato***

Palavras-chave:

Museu

História

Norbert Elias

Resumo: Busca-se, com este artigo, analisar a história dos museus, entre os séculos XVIII e XX, a fim de compreendê-los como figurações sociais e redes de interdependências. O viés teórico-metodológico se pauta em historicizar a trajetória das instituições museológicas e sua relação com as mudanças que ocorreram nos comportamentos dos indivíduos e nas estruturas das sociedades, em um processo de longa duração, com base na teoria de Norbert Elias. Os resultados apontam que os museus possuem um universo simbólico que estimula e, ao mesmo tempo, se forja a partir de tensões e interdependências dos indivíduos. Assim, compreende-se que, até meados do século XX, os museus priorizavam memórias unívocas. Posteriormente, as demandas de diversos grupos sociais contribuíram para com a valorização de múltiplas memórias. Além disso, percebe-se que as missões dos museus transcendem as exposições de acervos e coleções, pois estas instituições são vetores de produções científicas e documentais.

Keywords:

Museum

History

Norbert Elias

Abstract: Through this paper we seek to analyze the history of museums between the 18th and 20th centuries to better understand them as figurations and networks of interdependencies. The theoretical-methodological bias is based on the museums institutions trajectories historicization and its relationship with the changes that occurred in the behavior of individuals and in the structures of the societies in a long-term process based on the theories of Norbert Elias. The results shows that museums have a symbolic universe that stimulates and build itself from the tensions and interdependencies of individuals. It is comprehended that until the 2000s, museums used to prioritize univocal memories. After that, demands from different groups contributed to enhance multiple memories. Furthermore, it is noticeable that museum's missions go beyond its collections and exhibitions because these institutions also produce science and documents.

Recebido em 24 de fevereiro de 2023. Aprovado em 19 de abril de 2023.

* Texto produzido no contexto do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores (GPROC – Diretório CNPq) e do projeto de pesquisa “Ação municipal e educação no Brasil: processo de escolarização em Londrina/PR (1949-1992)”. O projeto foi financiado pelo Edital PQ-CNPq (09/2022) e pelo Edital-PBA (09/2021) Pesquisa Básica e Aplicada da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná (FA) e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR).

** Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestra em História Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da CAPES. E-mail: taiane.vanessa@uel.br

*** Doutor em Educação pela FCLAr/Unesp. Docente de História da Educação do Departamento em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: tony@uel.br

Introdução

De acordo com Norbert Elias (1994a), a relação entre os indivíduos possibilita que eles forjem a sociedade ao mesmo tempo em que forjam a si mesmos. Logo, não existe uma dicotomia entre sociedade e indivíduos, pois, assim como os sistemas solares que formam a Via-Láctea, nenhum dos dois existe sem o outro. O ser humano individual não representa um cosmo autônomo, mas sim uma manifestação única na rede de uma sociedade. As funções psíquicas dos indivíduos são moldadas na interação com outras pessoas, pois existem relações de interdependências. Esses vínculos formam “longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades” (ELIAS, 1994a, p. 20). O indivíduo é um elo numa rede de funções que chamamos de sociedade. Assim, as funções interdependentes formam (con)figurações, a exemplo de um jogo.

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. (ELIAS, 2006, p. 142).

Uma figuração – como famílias, escolas, comunidades, Estados e museus – não é estática, pois, como um jogo, são constituídas por tensões e interdependências. As figurações acontecem por meio da vida conjunta em grupos, as quais possibilitam a construção de símbolos socialmente aprendidos, como é o caso de uma língua que promove a orientação e a comunicação entre os indivíduos (ELIAS, 1994a).

As figurações são dinâmicas e passíveis de transformações. “Vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar Estados” (ELIAS, 2006, p. 26). Isso ocorre, pois o ser humano singular pode

“desligar-se de determinada figuração e introduzir-se em outra” (ELIAS, 2006, p. 270), a exemplo dos burgueses e nobres no contexto anterior e posterior à Revolução Francesa e as variações de figurações, como as famílias, cidades e países (ELIAS, 2006).

De acordo com a teoria de Elias (1994b), as transformações que ocorrem nas figurações, em um processo histórico de longa duração, estão relacionadas às mudanças no comportamento dos indivíduos (psicogênese) e nas estruturas sociais (sociogênese), as quais ocorrem mutuamente. “Isto porque as estruturas da personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel” (ELIAS, 1994b, p. 221).

Tendo em vista os argumentos apresentados, intenciona-se, neste artigo, analisar os museus como figurações sociais, que possuem um mundo simbólico específico, dentro de um processo de psicogênese e sociogênese, de acordo com a teoria eliasiana. De outro modo, os museus serão abordados como vestígios das formas como os indivíduos modelam a sociedade e a si mesmos, considerando as transformações da personalidade dos seres individuais e as mudanças que ocorrem nas estruturas da sociedade, em um processo de longa duração.

Para alcançar os objetivos propostos pretende-se apresentar as transformações das missões dos museus desde o final do século XVIII, quando surge a acepção moderna de museu, no contexto da Revolução Francesa. No que diz respeito aos séculos XIX e XX, intenciona-se abordar situações que reforçam os museus como figurações e espaços de interdependências sociais que expressam um mundo simbólico por meio de narrativas de exposições, seleções de acervos e produções institucionais e acadêmicas.

Museus nos séculos XVIII e XIX

Conforme Elias (1994b), no final da Idade Média, a aristocracia de corte englobava toda a Europa Ocidental e tinha como centro a cidade de Paris, onde todos falavam a mesma língua – o francês – e tinham o mesmo estilo de vida. Porém, a partir de meados do século XVIII, houve um

deslocamento do centro político e social da corte para as sociedades burguesas nacionais, gerando um afrouxamento de laços entre ambas. Dessa forma, a língua francesa deu lugar às línguas nacionais burguesas.

Naquele momento, a velha sociedade aristocrática perde seu protagonismo com a Revolução Francesa. Percebeu-se a modificação de uma estrutura de personalidade dos indivíduos e a interiorização de um processo civilizador relacionado aos objetivos da Revolução. Na mesma conjuntura, de acordo com Julião (2006a), surgiu a acepção moderna de museu no sentido de instruir a nação e disseminar o civismo e a história tendo como ponto de vista a Revolução Francesa. Nesse contexto, surgiram os museus nacionais e públicos a fim de reproduzir uma nova comunidade imaginada (POULOT, 2013).

De outro modo, os bens do clero e da coroa foram transferidos à nação com o intuito de serem ressignificados de acordo com as novas demandas da sociedade. Essa perspectiva consolidou-se no século XIX, quando importantes instituições museológicas foram criadas tendo em vista a ambição pedagógica de formar os indivíduos por meio do conhecimento do passado, legitimando, assim, a formação de Estados nacionais emergentes (JULIÃO, 2006a) com base na trajetória de homens ilustres (POULOT, 2013).

Outro resultado desse contexto foi a constituição de museus enciclopédicos formados a partir dos resultados da expansão marítima e das escavações de sítios arqueológicos – antes, destinados apenas às coleções principescas. Logo, muitas instituições museológicas da Europa Ocidental investiram no acúmulo de “objetos exóticos”, advindos de outros continentes.

O acúmulo de objetos exóticos vindos de terras distantes a partir das grandes navegações deu origem aos museus enciclopédicos, às novas disciplinas destinadas ao estudo dessas coleções nascentes – arqueologia, paleontologia, história da arte e etnografia, entre outras – e a uma elite intelectual. Os Estados Nação se apropriaram dos museus, transformando-os em locais

de celebração dos acontecimentos fundadores da Nação e em instrumentos de propaganda política, que exaltavam seus grandes feitos, seus personagens históricos e as suas conquistas, a exemplo da criação do Museu do Louvre, instalado após a Revolução Francesa no antigo palácio real. (GUEDES, 2017, p. 351).

No mesmo contexto do século XIX, desenvolveu-se a estrutura do campo da Arqueologia atrelado à época da “caça aos tesouros”, por conta da busca por cidades perdidas e riquezas soterradas em sítios arqueológicos (COSTA, 2019). Consequentemente, vários Estados nacionais passaram a depender financeiramente dos “tesouros perdidos”, sendo o Egito um de seus focos, devido à descoberta do esconderijo real do complexo de Deir el-Bahari, na segunda metade do oitocentos. Outras iniciativas tinham como objetivo a pilhagem de sítios arqueológicos que remontam o império Bizantino, Romano Ocidental e Persa (COSTA, 2019).

Ainda sobre a coleta de antiguidades, aos cônsules britânicos foi delegada a função de angariar artefatos que viessem a somar coleções, conforme o trecho a seguir:

Salt passou mais de onze anos no Egito, nos quais foi encarregado, também, de tomar conta dos consulados de Alexandria e do Cairo. Formou a sua primeira coleção de antiguidades egípcias a partir de 1818, que foi comprada pelo Museu Britânico, por duas mil libras [...]. Uma segunda coleção de antiguidades foi reunida por ele entre os anos de 1819 e 1824, após receber uma herança devido à morte de seu pai, ocorrida em 1817. Essa coleção também era para ser vendida ao Museu Britânico, mas a França a comprou por dez mil libras em 1826, destinada ao Museu do Louvre. Por fim, o Museu Britânico adquiriu uma terceira coleção após a sua morte, composta por mais de mil itens, dentre eles uma mesa dos reis de Abidos. (COSTA, 2019, p. 59).

Nesse período, destacou-se a disputa entre os museus do Louvre e Britânico, a fim

de formar as maiores coleções enciclopédicas e pilhagens de riquezas à serviço da legitimação dos Estados Nacionais. Assim, percebe-se a existência de figurações sociais de indivíduos – museus e Estado – que, por meio de suas diversas funções interdependentes – como colecionar e escavar tesouros e objetos exóticos, assim como legitimar o poder de grupos específicos – consolidaram representações do passado e funções educativas dos museus, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Além da legitimação dos Estados Nacionais e do acúmulo de riquezas por meio de pilhagens, os museus também se tornaram instrumentos da ciência naquele período. Por meio do desenvolvimento da Antropologia Cultural, sob a ótica evolucionista, a cultura material e a natural coletadas na América, África e Ásia, expostas e investigadas em museus, passaram a legitimar uma lógica etnocêntrica que favorecia o progresso europeu.

Assim nota-se uma reorientação intelectual. Até então, prevaleciam os aportes do Iluminismo, centrados em uma visão unitária da humanidade, por conta das hipóteses igualitárias das revoluções burguesas. Entretanto, a reorientação percebida passou a se concentrar na ideia de raças diferentes, com base no modelo evolucionista e no darwinismo social (SCHWARCZ, 1993).

No que diz respeito ao evolucionismo cultural, a civilização e o progresso, aos moldes europeus, eram vistos como modelos universais, que seriam alcançados com certa evolução, “[...] como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo” (SCHWARCZ, 1993, p. 63).

No que diz respeito ao darwinismo social, a miscigenação era vista de forma pessimista, a fim de enaltecer as raças tidas como “puras” e “compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social” (SCHWARCZ, 1993, p. 64). Desse modo, enquanto para a hipótese evolucionista a humanidade estava condicionada a alcançar a civilização em estágios, para o darwinismo social “[...] o progresso estaria restrito às sociedades puras [...], deixando a evolução

de ser entendida como obrigatória” (SCHWARCZ, 1993, p. 67)

No Brasil, ao longo do século XIX, os museus passaram por um movimento patriótico que visava à construção da nação brasileira através da celebração das riquezas do país, a exemplo da fauna e da flora (JULIÃO, 2006a). O enfoque nas riquezas naturais do Brasil mostra o que Wouters (2012) chama de fascinação pelo “estilo de vida natural”, ao mesmo tempo em que existia uma aversão aos “modos selvagens”, visto que, durante o século XIX, os indivíduos internalizaram o autocontrole do corpo, dos gestos e formas de falar (FRYKMAN; LOFGREN, ? *apud* WOUTERS, 2012). Tais fatores justificam, por exemplo, a constituição de museus enciclopédicos voltados à exibição de coleções naturais relacionadas à paleontologia, etnografia e arqueologia (JULIÃO, 2006a).

Paralelamente, foram criados museus de história de cunho celebrativo (JULIÃO, 2006a), que são, segundo as concepções de Poulot (2013), museus românticos, responsáveis por legar ao futuro os “gloriosos” anais da humanidade por meio de grandes personagens e acontecimentos. A coexistência dessas tipologias de museus demonstra a separação entre os museus etnográficos e os eruditos (POULOT, 2013).

Com base nas ideias de Norbert Elias sobre o processo civilizador dos costumes e da formação do Estado (1994b, 1993), nota-se a psicogênese dos indivíduos e a sociogênese dos museus. Entre o final do século XVIII e no decorrer do século XIX, as instituições museológicas passaram por um processo civilizador marcado pela dicotomia entre “civilizados” e “selvagens”, por meio do qual os primeiros – a depender do contexto, como os burgueses filhos da Revolução, a elite imperial do Brasil ou os personagens da República brasileira – faziam parte da história e dos anais “gloriosos” do passado. Já os segundos eram contemplados em coleções etnográficas, como se não pertencessem à história dos homens, mas sim da natureza, a exemplo das “viagens pitorescas” de Jean-Baptiste Debret, quando, no primeiro volume, o artista retratou os povos indígenas como um elemento exótico do “Novo Mundo”.

Entretanto, no que diz respeito aos museus naturais, sua missão não se pautava apenas em retratar o “exótico” e o “selvagem”, mas, também, em servir como ateliê de ciência. Entre o final do século XIX e o início do século XX, momento da implantação da República, os museus de história natural se desenvolveram no mesmo contexto que a educação embasada nos princípios científicos. Por este motivo, as escolas encontraram “[...] nos museus de ciências coleções e conhecimentos necessários a um adequado desenvolvimento dos saberes curriculares” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 5). Naquele momento, as características dos museus de história natural atendiam às expectativas do método intuitivo.

Durante o Império, o Decreto nº 7247 de 19 de abril de 1879, conhecido como a Reforma de Leôncio de Carvalho, previa a reforma dos ensinos primário, secundário e superior. Sobre o ensino primário, a principal mudança é que este deveria ser feito com base no método intuitivo [...]. As escolas deveriam contar com as disciplinas de História Natural, Física e Química. As faculdades teriam que se equipar com laboratórios e instrumentos que garantiriam o ensino prático (SILVA, 2015, p. 82).

A necessidade de garantir o ensino prático transformou os museus de história natural em ateliês da ciência, pois o método intuitivo, segundo a perspectiva de Rui Barbosa, “proporcionaria a educação dos sentidos, por meio de exercícios de observação, de reflexão e pelo desenvolvimento da linguagem” (POSSAMAI, 2012, p. 4). Dentro desta perspectiva, surgem os museus escolares visando a apoiar o ensino embasado no estímulo dos sentidos, a fim de estimular uma pedagogia do olhar para chegar à compreensão (FARIA; POSSAMAI, 2019).

Os gestores do Museu Nacional criaram, dentro de suas dependências, um museu escolar de história natural voltado à aprendizagem de crianças, iniciativa que reforçou os vínculos da instituição com as escolas do Rio de Janeiro (LOPES, 1997, *apud* FARIA; POSSAMAI, 2019). Além disso, o Museu Nacional passou a produzir para

instituições escolares murais e coleções didáticas que abordavam as ciências naturais do Brasil (SILY, 2008, *apud* FARIA; POSSAMAI, 2019).

É possível observar que, no final do século XIX, houve o estímulo do diálogo entre os museus e as escolas por conta da introdução do método intuitivo em instituições escolares. Entretanto, ressalta-se que, por mais que existisse o diálogo entre instituições museológicas e escolares, durante o final do século XIX e início do século XX, as missões dos museus e suas funções educativas ainda priorizavam a celebração memórias unívocas, tendo em vista conteúdos dogmáticos e a dicotomia entre o erudito e o popular.

Nota-se que, por meio da trajetória e das missões dos museus citados, existe a interdependência entre figurações sociais e indivíduos diversos. A constituição dos Estados Nacionais, o crescimento da burguesia, o surgimento de museus nacionais e públicos e as transformações dos métodos usados em instituições escolares contribuíram para a constituição de acervos, coleções e exposições, dentro de um processo de moldagem das identidades e memórias dos indivíduos.

Museus no século XX

Dentro de um processo de longa duração, as relações de poder por trás da construção de narrativas de museus internalizaram a ideia de que apenas grandes acontecimentos e personagens eram dignos de serem lembrados em museus históricos. Um exemplo disso é a análise que Bittencourt (2003) faz da narrativa do Museu Histórico Nacional (MHN) da primeira metade do século XX, visto como uma “casa das maravilhas” recheada de antiguidades da pátria. O autor indica que as grandes vitrines guardavam cristais e louças de finíssima qualidade, que pertenciam a barões, viscondes e, até mesmo, reis. Em outras palavras, aquela exposição mostrava, por meio de objetos do cotidiano, quais sujeitos mereciam ser representados. Portanto, ela indicava que em pratos todos podem comer, mas em louças de finíssima

qualidade é privilégio de alguns (BITTENCOURT, 2003).

A internalização do comportamento “civilizado” de associar os museus à cultura material das elites incentivou os gestores das instituições e o público visitante a valorizarem memórias unívocas como naturais, deixando de lado as relações de poder presentes no processo de seleção de memórias e identidades. Essas interdependências sociais que ocorrem nas figurações, como museus, indicam ideias e valores advindos das lutas pelo poder na sociedade sobre o que deve ser lembrado ou esquecido. Esses conflitos geram um tipo de controle humano que possui uma intensa carga afetiva e resulta em um baixo nível de objetividade e de rigor de pensamento acerca do controle social (ELIAS, 1994a).

Contudo, a segunda metade do século XX contou com transformações de figurações sociais, a exemplo do campo museológico que passou a incentivar a reflexão crítica em lugares de memória. A função educativa dos museus ganhou novos contornos nas décadas de 1950 a 1980, por meio de um processo de renovações e do desenvolvimento da Nova Museologia que avançou na defesa de instituições museológicas como lugares mais plurais a serviço da sociedade e dos indivíduos (JULIÃO, 2006a).

Na década de 1950, a Unesco e o International Council of Museums (ICOM), em parcerias, promoveram eventos sobre a educação em museus. Os debates promovidos no *Seminário Regional Latino-Americano de Museus da Unesco*, em 1958, apontaram dois extremos sobre os museus escolares como “depósitos abandonados ou projetos que se equiparavam aos museus tradicionais” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 22). Este evento indicou advertências e encaminhamentos aos museus escolares que, naquele período, praticavam a coleta e o recebimento de objetos sem limitações, questão que dificultava as práticas de conservação (FARIA; POSSAMAI, 2019).

Além disso, os eventos promovidos pela Unesco, com ênfase no tema educação em museus, instigaram o desenvolvimento de reflexões teórico-metodológicas e estudos que intentaram legitimar

os museus como espaços que têm o objetivo de promover a educação visual, tendo como base o público e não apenas o acervo. Tais fatores também contribuíram para a realização do Curso de Organização de Museus Escolares, no Museu Histórico Nacional, o qual tinha como um de seus objetivos “[...] causar impacto em uma política voltada para a gestão nacional e estadual de museus escolares” (FARIA; POSSAMAI, 2019, p. 32).

Essas interdependências indicam que, ao longo do século XX, os estudantes deixaram de ser vistos apenas como espectadores dos museus, pois assessoravam os processos educativos em espaços museológicos constituídos em escolas (FARIA; POSSAMAI, 2019). Tais fatores refletiram, posteriormente, na formação de professores, como foi o caso do curso oferecido pelo Museu Histórico Nacional.

Ainda acerca das renovações museológicas, a partir da década de 1960, intensifica-se o processo de renovações e o desenvolvimento da Nova Museologia (JULIÃO, 2006a). Assim, as demandas sociais e culturais, que conquistam espaço a partir da segunda metade do século XX, mostram que os comportamentos internalizados pelos indivíduos acerca do que os museus deveriam preservar fazem parte de um longo processo de transformações.

Somam-se a este raciocínio as ideias de Santos (2006) sobre as exposições museológicas. De acordo com a autora, uma nova abordagem não precisa acabar com a sua antecessora, elas podem conviver e se complementar, impedindo que as memórias de outras épocas sejam apagadas, sob o argumento que uma nova interpretação seja a última, definitiva e verdadeira. Tal perspectiva dialoga com as ideias de Elias (1993), no segundo volume de sua obra *O Processo civilizador: formação do Estado e civilização*, quando afirma que a condição humana é uma prolongada construção do próprio homem, visto que a natureza humana não é estática, mas sim desenvolvida por meio de interações sociais.

Na década de 1960, as instituições museológicas vivenciaram uma crise, por conta de críticas e protestos em favor da democratização das instituições culturais, políticas e educativas. Os

fatores que fortaleceram as críticas estavam ligados à luta pela afirmação dos direitos das minorias, à descolonização africana, aos movimentos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos, entre outros motivos. A partir da década de 1980, negros, povos indígenas e outros segmentos populares compuseram o discurso preservacionista como sujeitos históricos. Conforme Poulot (2013), o crescimento e a valorização do patrimônio ajudam a criar suas categorias e, conseqüentemente, ampliam o campo patrimonial e a população de atores. Desse modo, diferentes grupos sociais conquistaram, gradualmente, o direito à memória, o que gerou a ampliação da noção de patrimônio e identidade.

Em 2022, após encontros e oficinas com profissionais da área do patrimônio, ou seja, por meio de um processo colaborativo, o Conselho Internacional de Museus elaborou um texto com a nova definição de museu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022, [s. p.]).

Desde o início da disseminação de reformulações museológicas, o ICOM busca por uma definição de museu tendo em vista concepções cada vez mais democráticas, inclusivas e polifônicas. Percebe-se que o caminho percorrido pelas transformações dos museus resultou em iniciativas voltadas à superação da visão binária da cultura, separada entre erudita e popular, segundo a qual a participação do povo não estava inserida no processo histórico nacional (JULIÃO, 2006a). Entre as décadas de 1960 e 1970, o Conselho Internacional de Museus (ICOM), iniciou as “[...] exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio, por meio essencialmente da realização

de conferências gerais e publicação de documentos resultantes de seus comitês” (POULOT, 2013, p. 17). Um dos resultados é a Mesa Redonda de Santiago de Chile, que ocorreu em 1972, com a intenção de favorecer a comunicação entre as comunidades, tendo como centro a América Latina e a busca pela participação de diferentes segmentos sociais (MANHART, 2012).

As transformações museológicas da segunda metade do século XX dialogam com a sociogênese e psicogênese daquele período e, conseqüentemente, com a personalidade de indivíduos distintos daqueles do século XIX. Com base nos estudos de Elias, Wouters (2012) aponta que, até o final do século XIX, permaneceu a formalização dos comportamentos e o disciplinamento dos indivíduos, pois as emoções consideradas perigosas – advindas de uma primeira natureza “animalesca” – foram reprimidas no interior de uma consciência rígida. De outro modo, as redes de interdependência daquele período desencadearam forças disciplinares e uma consciência dominada, chamada de personalidade de segunda natureza, a exemplo da formação do Estado, quando as classes burguesas dominaram os centros de poder.

Essa personalidade de segunda natureza, internalizada pelos indivíduos, indicava quais eram os grupos superiores e inferiores, assim como os comportamentos corretos, segundo a lógica do Estado, do mercado e dos grupos dominantes. Entretanto, conforme Wouters (2012), houve uma transição da personalidade de segunda natureza para a de terceira natureza, no final do século XIX:

Nas últimas décadas do século XIX, durante a expansão do processo de industrialização, uma série de grupos “recentemente enriquecidos” passou a demandar espaço e representação nos centros de poder e na “boa sociedade”. Devido a pressões cada vez maiores vindas das necessidades criadas pelos processos de interpenetração e “mistura” social, pela expansão das redes de interdependência e pela intensificação da competição e cooperação dentro dessas redes, as vantagens advindas dos limites e divisões sociais que destacavam um

segmento social superior diminuíram. (WOUTERS, 2012, p. 556).

A emancipação de grupos de outros segmentos sociais, no contexto indicado pelo autor, diminuiu os limites sociais que ditavam quem era superior e inferior. A integração social e psíquica e as mudanças de equilíbrio dos controles geraram transformações na autorregulação e na estrutura da personalidade dos indivíduos (WOUTERS, 2012). Não se trata, porém, de um processo de ruptura entre segunda e terceira natureza, mas de coexistência.

Assim como o processo de reformulações museológicas, a terceira natureza encontra maior legitimidade a partir das décadas de 1950 e 1960, quando:

Essas transformações se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial, com os processos globais de emancipação (incluindo os processos de descolonização) e com a redução das diferenças de poder. As redes de interdependência em expansão estimularam níveis cada vez maiores de identificação e reciprocidade: ideais de igualdade e mútuo consentimento se espalharam e ganharam força. (WOUTERS, 2012, p. 163).

A intensificação da terceira natureza surge dentro dos processos de integrações globais, que geram a diminuição do distanciamento entre os indivíduos de classes ou emoções consideradas inferiores. Neste contexto, por meio de interações sociais, os indivíduos passam a perceber os impulsos da primeira e da segunda natureza, fator que possibilitou o desenvolvimento de uma nova personalidade. Tais fatores reforçam o diálogo com as transformações ocorridas no campo dos museus, a partir da década de 1950, principalmente no que diz respeito à diminuição dos limites entre o erudito e o popular dentro de instituições museológicas.

Tais fatores refletiram na redefinição de coleções, seleções e acervos e organização de exposições. Desse modo, houve a ampliação da abordagem do comum ao lado do “excepcional”. A partir da década de 1970, os objetos do cotidiano e

acervos de famílias diversas passam a integrar uma museografia marcada pelas histórias de vida.

Ressalta-se que, na América Latina, a perspectiva de renovação da museologia e da educação recebeu influências, segundo Varine-Bohan (1987), do pensamento de Paulo Freire, na década de 1960 em diante. Por conta disso, Freire recebeu um convite para a presidência da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, sobre o papel dos museus na América Latina, em 1972 – mas não pôde participar por conta do contexto de autoritarismo. O pensamento de Freire influenciou, principalmente, a transformação do homem-objeto como homem-sujeito dentro da experiência de museus. Esse raciocínio vai ao encontro do seguinte pensamento:

Se, para uns, o homem é um ser da adaptação ao mundo [...] sua ação educativa, seus métodos, seus objetivos, adequar-se-ão a essa concepção. Se, para outros, o homem é um ser de transformação do mundo, seu quefazer educativo segue um outro caminho. Se o encararmos como uma “coisa”, nossa ação educativa se processa em termos mecanicistas, do que resulta uma cada vez maior domesticação do homem. Se o encararmos como pessoa, nosso quefazer será cada vez mais libertador. (FREIRE, 1969, p. 124).

A Nova Museologia caminhou em direção ao homem-sujeito, sendo aquele com capacidades de apropriações que transformam o mundo. A teoria de Freire no campo museal sugere a “[...] educação como prática de liberdade e conscientização, que se consubstanciou na visão de que o museu pode ser também uma ferramenta de construção de identidade e de cidadania” (IBRAM, 2018, p. 17).

Acerca dos museus escolares, na década de 1970, eles apresentaram uma nova formatação de suas funções, voltada para a preservação da memória da educação escolar, acompanhando as mudanças de paradigmas do processo de ensino e aprendizagem (ALVES, 2019), pelas quais os estudantes são vistos como produtores de conhecimento crítico.

Além disso, a ênfase da preservação da memória escolar encontrou aportes na inserção

da cultura material como fonte para a história. De acordo com Vidal (2017), estudos da década de 1960, como de Braudel e de Delumeau, contribuíram para a valorização dos objetos como vestígios que ajudam a compreender o progresso técnico e as trocas de bens das civilizações. A autora também aponta a importância dos estudos de Elias, que, desde a década de 1930, voltou sua atenção aos artefatos para interpretar a história dos costumes. Já na década de 1980, segundo Vidal (2017), os estudos de Certeau e Chartier contribuíram para a compreensão dos artefatos como práticas e representações indissociáveis da vida cultural.

No que diz respeito aos museus escolares constituídos a partir das reformulações museológicas, intensificadas na década de 1970, assim como as transformações no campo da educação e da história, percebe-se o alargamento dos conceitos de patrimônio – possibilitando a abordagem do patrimônio histórico educativo – e novas correntes pedagógicas com ênfase no cotidiano, de forma que “aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o azulejo, o brinquedo ou a educação se tornam matérias museográficas (FELGUEIRAS; SOARES, 2004, p. 109).

Naquele período, muitos museus se afastaram das experiências reservadas às pessoas influentes, a fim de valorizar os habitantes do próprio local (POULOT, 2013). Além disso, a partir dos anos de 1980, grupos étnicos e sociais deixaram de ser vistos por meio de uma perspectiva folclorizante e foram incorporados como produtores de cultura (JULIÃO, 2006a).

Na segunda metade do século XX, o crescimento da personalidade de terceira natureza indica a interdependência entre os diversos grupos sociais, os museus e a forma como indivíduos constituem suas identidades. As memórias selecionadas pelos indivíduos na figuração dos museus dependem do momento em que são articuladas, ou seja, são selecionadas nas relações de poder que indicam os comportamentos que foram internalizados pelos indivíduos no percurso da história.

A pesquisa em museus

A missão dos museus como lugares de pesquisa também indica essas instituições como figurações sociais que geram interdependências. No século XIX, as pesquisas se pautavam em uma tradição de descrição de objetos que resultaram na realização de catálogos. Acerca do período da Revolução Francesa, os museus da França instigaram a produção de inventários patrióticos das riquezas do país, assim como a democratização de saberes sobre as coleções, a fim de ressignificar os bens do Antigo Regime, de acordo com as demandas da Revolução, e desestimular práticas de vandalismo (POULOT, 2013).

A produção de catálogos em museus do século XIX também tinha o intuito de constituir o “cimento” da unificação nacional (POULOT, 2013). O incentivo à pesquisa em instituições museológicas se constitui como uma prática educativa em busca de mediar mensagens à população de acordo com as ações preservacionistas de cada contexto.

Atualmente, existe uma ênfase na pesquisa em museus, a qual busca uma relação autêntica com a pesquisa universitária (POULOT, 2013). Segundo Julião (2006b), a pesquisa é indispensável às instituições museológicas, pois o funcionamento adequado dos museus depende do trinômio: preservação – prolongamento da vida útil do bem cultural –, investigação – produção de conhecimento que possibilita a ampliação de possibilidades de comunicação –, e comunicação – instiga a relação entre os indivíduos e o bem cultural. Dessa forma, pesquisas sobre os acervos, as coleções e exposições de museus são fundamentais para gerar a interação entre o usuário e o bem cultural (JULIÃO, 2006b) e possibilitam um olhar mais apurado sobre os documentos, para além de uma catalogação descritiva conforme acontecia no século XIX.

No que diz respeito a museus universitários, o Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” (MHL) e o Museu Escolar de Londrina (MEL), que são vinculados à Universidade Estadual de Londrina (UEL), oferecem exemplos de pesquisas acadêmicas que indicam a interdependência entre indivíduos, instituições museológicas, universidades e

município. Acerca do MHL, Leme (2013), à época historiador do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, analisou, em sua tese de doutorado, a trajetória daquela instituição, as narrativas da história local presentes em seu acervo e a política museológica, mostrando que, até o ano 2000, a exposição de longa duração do MHL evidenciava a exclusão de diversos grupos sociais. Os resultados da análise de Leme possibilitam a reflexão crítica sobre a prática preservacionista daquela instituição.

Para alcançar os objetivos de sua pesquisa, Leme(2013) analisou diversas fontes históricas, como o memorial descritivo da exposição, fotografias, documentos institucionais e depoimentos de funcionários. Tais escolhas apontam a pesquisa como um resultado de interações sociais, visto que, ao procurar e ao produzir vestígios históricos, o autor estabeleceu relações com outros indivíduos vinculados ao MHL e à história de Londrina.

Acerca do Museu Escolar de Londrina, encontra-se em processo de constituição para tornar-se um lugar de memória da educação escolar urbana e rural (OLIVEIRA, 2019). Sobre essa futura instituição museológica, alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da UEL, desenvolvem pesquisas de mestrado e doutorado que intencionam abordar possíveis práticas educativas e analíticas sobre o acervo da Secretaria Municipal de Educação, o qual fará parte do museu. A constituição do MEL estimula pesquisas sobre seu acervo e práticas preservacionistas ao mesmo tempo em que é influenciada por elas. Além disso, as pesquisas centradas no Museu Escolar constituem-se como uma prática de investigação e comunicação de bens culturais.

Ainda sobre as pesquisas desenvolvidas em museus, é importante ressaltar os caminhos que balizaram a constituição da obra *O processo civilizador* de Norbert Elias (1994b), visto que essa pesquisa ganhou forma dentro da Biblioteca do Museu Britânico, atual Biblioteca Britânica. Esse detalhe é importante porque a obra de Elias oferece boa parte dos aportes teóricos do presente artigo e evidencia as interdependências entre a vida pessoal,

acadêmica e a configuração de uma biblioteca de museu.

Elias nasceu na Alemanha, em 1897, e identificava-se como judeu devido à origem de sua família. Iniciou, paralelamente, os estudos em Medicina e Filosofia, dando continuidade apenas à segunda escolha somada à formação em Psicologia. Por meio de seus trabalhos acadêmicos, Elias planejava levantar o véu das mitologias que disfarçam a visão de sociedade dos indivíduos, como o nacionalismo e as propagandas de guerra. Seu intuito era desenvolver teorias que pudessem auxiliar as pessoas a agirem de maneira mais sensata e de acordo com a realidade (ELIAS, 2001).

Na época da ascensão do nazismo, seguiu para Paris e, depois de algum tempo, mudou-se para a Inglaterra na companhia de alguns amigos. Na Inglaterra, começou a desenvolver a obra *O processo civilizador*, ele buscava uma nova perspectiva de carreira. O desenvolvimento da obra ocorreu devido ao auxílio financeiro do comitê de refugiados judeus e ao aprofundamento de sua leitura na Biblioteca do Museu Britânico. A primeira pista sobre seu novo objeto de pesquisa surgiu ao encontrar tratados de etiqueta que possibilitaram o estudo de normas de comportamentos do passado (ELIAS, 2001).

Descobri ali a Biblioteca do Museu Britânico, a atual British Library, e, a partir desse momento, levei uma vida muito simples: levantava de manhã e passava o dia inteiro no Museu Britânico [...]. Foi assim que caí nos tratados de etiqueta. Um dia, fiz com que me trouxessem um deles por acaso, creio que era *Courtin*. Com isso, subitamente me vi de posse de um material que mostrava a diversidade das normas vigentes em épocas antigas e que permitia analisar seu desenvolvimento de maneira segura. (ELIAS, 2001, p. 63-64).

A trajetória de vida e acadêmica do autor – relacionada à sua origem, à formação e aos motivos do refúgio em outro país – o levou a iniciar uma pesquisa no acervo da biblioteca do Museu

Britânico, assim como o interesse por tratados de etiqueta e normas de comportamento de outras épocas. Por conseguinte, os resultados da obra de Elias possibilitaram a elaboração de aportes teóricos que foram e são utilizados por outros pesquisadores. Assim, observa-se que:

Não se compreende uma melodia examinando-se cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Também sua estrutura não é outra coisa senão a das relações entre as diferentes notas. Dá-se algo semelhante com a casa. Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações entre as diferentes pedras com que ela é construída; é o complexo das funções que as pedras têm em relação umas às outras na unidade da casa (ELIAS, 1994b, p. 22).

Além disso, percebe-se que Elias construiu vínculos afetivos com a biblioteca do Museu Britânico:

[...] sentia-me como em minha casa; depois de seis meses, conhecia pelo menos dez por cento dos frequentadores. [...] Dez minutos depois que eu chegava, o funcionário da biblioteca trazia para minha mesa a pilha de livros que eu escolhera, e então começava a alegria da leitura; e quando achava em uma nota de rodapé uma indicação bibliográfica interessante consultava imediatamente o catálogo e encomendava os livros. [...] para mim, foi um prazer e um relaxamento trabalhar nesse lugar durante anos. Aliás, continuei a ir lá depois de ter concluído meu livro. (ELIAS, 2001, p. 64).

Essa memória pode indicar os laços invisíveis citados por Elias (1994a), no livro *A Sociedade dos indivíduos*, quando ele afirma que cada pessoa está ligada a outras por meio de laços, como o trabalho e a propriedade, os quais são construídos por instinto ou afeto, dentro de um contexto funcional (ELIAS, 1994a). Quando Elias cita sua dependência em relação ao funcionário que localizava e entregava os livros e a sensação de

prazer e o relaxamento que sentia ao estar naquele ambiente, nota-se que sua obra foi elaborada por meio de um laço invisível de trabalho e de afeto.

Considerações finais

A trajetória dos museus, as transformações de suas missões e a análise de exemplos de diferentes lugares e épocas indicam a interdependência entre indivíduos e figurações sociais e, conseqüentemente, a psicogênese dos indivíduos e a sociogênese das instituições museológicas. Nota-se que, desde o final do século XVIII, os museus forjam um universo simbólico e selecionam suas coleções e acervos na mesma medida em que os indivíduos transformam seus comportamentos e estruturas sociais.

Ao longo do século XIX e início do século XX, as missões dos museus dialogavam com os comportamentos sociais de segunda natureza, os quais delimitavam quais grupos sociais, considerados superiores, deveriam ter suas memórias representadas em instituições museológicas de história. A partir da segunda metade do século XX, a ascensão de grupos sociais cada vez maiores possibilitou comportamentos de terceira natureza, alterando a estrutura da personalidade dos indivíduos e, conseqüentemente, as narrativas dos museus, que passaram a representar memórias diversas.

Além disso, a elaboração de pesquisas em instituições museológicas também sofreu transformações que transitam entre a descrição de acervos que representavam grupos de destaque e a reflexão crítica das práticas preservacionistas dos museus. Essas pesquisas indicam os laços invisíveis que existem entre os indivíduos, os quais são construídos em uma rede de dependências que balizam os objetivos e os resultados alcançados pelos pesquisadores.

Referências

ALVES, Vânia Maria Siqueira. Os museus escolares: políticas e programas públicos vigentes no Brasil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO

- DE MEMÓRIA, 9., 2019, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2019. p. 1-18
- BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8-9, p. 151-174, 2003.
- COSTA, Karine Lima da. **Caminhos para a descolonização dos museus**: a questão da repatriação das antiguidades egípcias. 2019. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização (Vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios I**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FARIA, Ana Carolina; POSSAMAI, Zita Rosane. O Curso de Organização de Museus Escolares do Museu Histórico Nacional: Brasil, 1958. **Revista História da Educação**, v. 23, p. 1-37, 2019.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro; SOARES, Maria Leonor Barbosa. O projeto “Para um museu vivo da escola primária” – concepção e inventário. *In*: MENEZES, Maria Cristina (org.) **Educação, Memória, História**. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, 2004. p. 105-130.
- FREIRE, Paulo. O papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, n. 9, p. 23-132. 1969.
- GUEDES, Angela Cardoso. Pierre Bourdieu e os públicos de museus. *In*: MARTELO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (coord.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 350-362.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.
- ICOM. **ICOM aprova nova definição de museu**, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/?p=2756>. Acesso em: 18 abr. 2023.
- JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do Museu. *In*: NASCIMENTO, Sylvania Sousa (coord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus. 2006a. p. 17-30.
- JULIÃO, Leticia. Pesquisa histórica no museu. *In*: NASCIMENTO, Sylvania Sousa (coord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006b. p. 91-104.
- LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória**: o Museu Histórico de Londrina (1959-2000). 2013. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 2013.
- MANHART, Christian. Mesa-redonda de Santiago do Chile. *In*: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos (org.). **Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo**: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Brasília: Ibram, 2012. p. 104-105.
- OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **MEL - Museu Escolar Londrinense**: modos de construir, ensinar e viver culturas na escola municipal “Urandy Andrade Correia”. Projeto de Extensão. Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2019.

- POSSAMAI, Zita Rosane. “Lição de Coisas” no museu: o método intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas primeiras décadas do século XX. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 43, p. 01-16, 2012.
- POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Camila Marchi da. **Museus escolares no estado de São Paulo (1879-1942)**. 2015. 160 f.
- Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VARINE-BOHAN, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.
- VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização. **Revista Linhas**, v. 18, n. 36, p. 251-272, 2017.
- WOUTERS, Cas. Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 546-570, 2012.